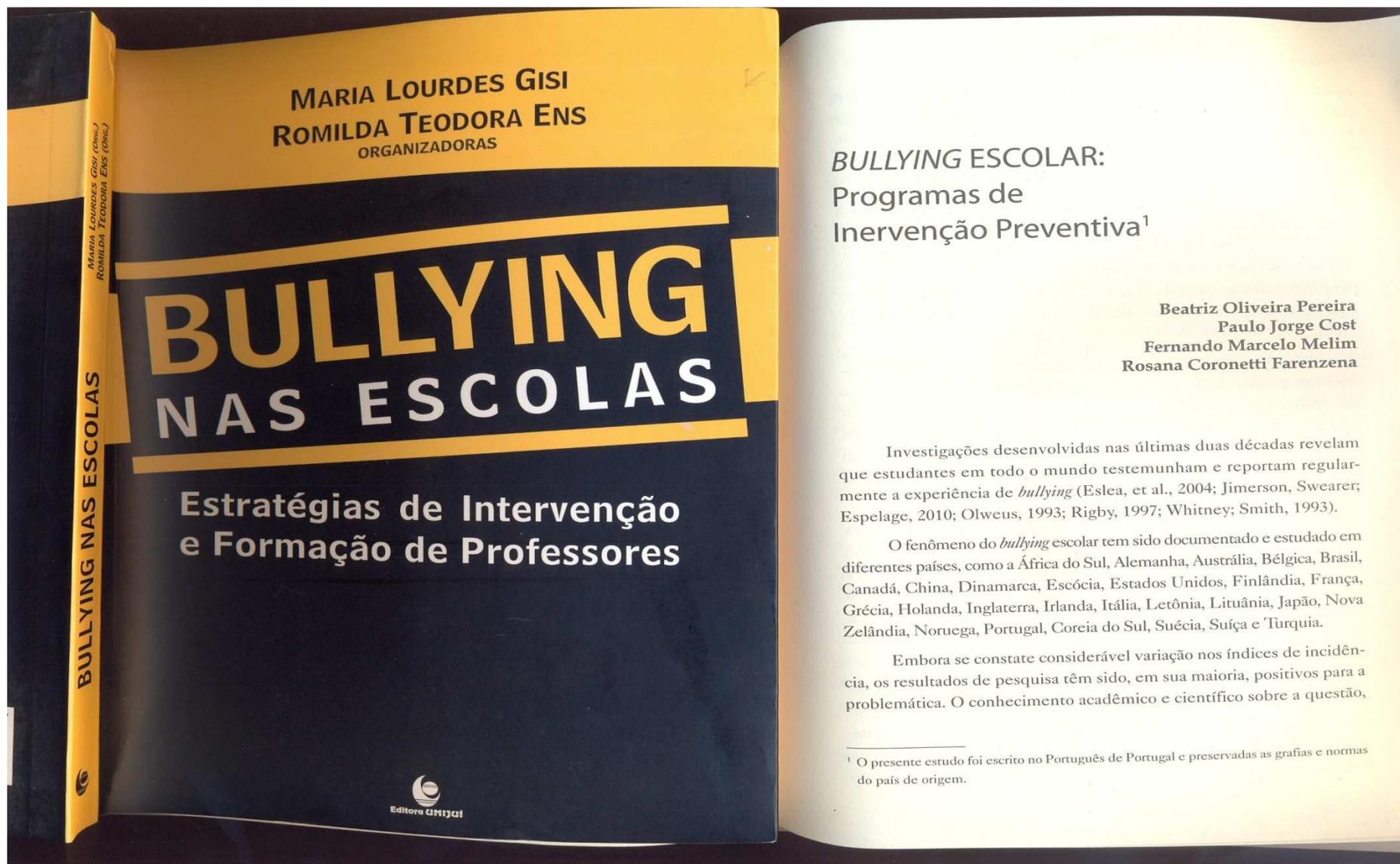


Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.



Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

inicialmente referenciado em países como Suécia, Noruega, Inglaterra e Austrália, ampliou-se de forma que, no presente, podemos pensar numa agenda internacional de pesquisa (Olweus, 1993; Rigby, 1997; Smith; Sharp, 1994) voltada a contribuir para a compreensão e enfrentamento do que se delinea como uma epidemia social (WHO, 2002).

Uma evidência da internacionalização do problema e da busca compartilhada de medidas eficazes, que respondam com o decréscimo das práticas agressivas, pode ser, recentemente, identificada no pronunciamento da Secretaria de Estado Norte-Americano, ao lançar uma campanha nacional contra o *bullying*, com a participação de artistas do país, em decorrência do alto índice de suicídios entre jovens (Foderaro, 2010).

Para além dos aspectos concetuais do fenómeno *bullying*, que descrevemos como práticas agressivas entre pares de forma continuada e intencional, em que o recurso à intimidação é um dos elementos essenciais de controle e poder sobre o outro, da identificação dos métodos de investigação e da implementação de estudos (descritivos e comparativos) entre diversos países, procura-se, presentemente, encontrar estratégias eficazes de intervenção.

Na década de 90 foram desenvolvidos os primeiros programas de intervenção em escolas da Noruega (Olweus, 1993). O mesmo se deu nas escolas inglesas, nas quais havia grande resistência em aceitar a existência de *bullying*. Passados 10 anos todas as escolas do Reino Unido possuíam programas de acção *antibullying*, sendo o processo avaliado de forma contínua e considerado um problema complexo, com necessidade de intervenção (Smith, 2002, 2004).

Definir e implementar alternativas de intervenção que se legitimem pela qualidade do processo, abrangência de atores sociais e se traduzam em resultados de minimização do *bullying*, com repercussão direta na dinâmica de convívio entre pares, é um dos grandes desafios da investigação na área.

## Programas de Intervenção na Escola e o Combate ao *Bullying*

São conhecidos e perfazem curva ascendente os estudos que evidenciam a intervenção em contexto escolar como recurso eficaz na redução dos problemas de agressão e vitimação entre pares e de que muito pode ser feito nesse sentido, mediante políticas da escola (Amado; Freire, 2002; Farinton, 2002; Olweus, 1993; Pereira, 2008; Smith, 2002, 2004; Smith; Sharp, 1994; Ttofi; Farrington, 2010). Há consonância entre esses autores sobre a validade dos programas desenvolvidos em contexto escolar para o enfrentamento do *bullying*. Nessa lógica, o objetivo “é avançar para a intervenção como forma de prevenção e redução das práticas agressivas na escola” (Pereira, 2008).

Os programas de intervenção visam prevenir e reduzir o comportamento de *bullying*, ou seja, o reconhecer das situações, o ser capaz de avaliá-las e responder com as soluções mais adequadas. A prevenção visa impedir a manifestação de uma situação particular ou de um tipo de comportamento antissocial considerado desagradável (Vettenburg, 2000) e requer avaliação contínua das medidas adotadas.

Os estudos sobre o *bullying* têm procurado identificar os fatores de risco e de proteção. Como fator protetivo podemos referir à resposta que se pode desenvolver, numa perspectiva didática e organizativa, como forma de prevenção da violência em contexto escolar (Torrego, 2006).

O fator da continuidade dos processos investigativos, traduzida no desenvolvimento de estudos longitudinais, vem permitindo uma compreensão tanto mais ampla quanto profunda das variáveis associadas ao *bullying* e repercute nos indicativos de intervenção para a melhoria da convivência entre pares.

Para prevenir o *bullying*, diversos programas vão ao encontro da proposta inicial de Olweus (1993), envolvendo toda a comunidade educativa (alunos, professores, funcionários, pais e demais integrantes da

Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

rede social/comunitária de inserção escolar). Esta perspectiva sistêmica ou global, na explicação do fenômeno ou no processo de intervenção, indica o anacronismo de um enfoque individualista ou reducionista (Cardoso, 2009; Martins, 2009b; Olweus, 1993; Pereira, 2008; Vettenburg, 2000).

Entendendo que o *bullying* é um fenômeno social grupal, os programas de intervenção preventiva devem não só perspectivar os atores diretamente envolvidos (agressores, vítimas e vítimas agressivas), mas mobilizar o conjunto dos diversos protagonistas institucionais, de forma a promover novas dinâmicas no clima escolar. Ações parciais e voltadas exclusivamente a um dos segmentos tendem a não provocar resultados de melhoria nas relações estabelecidas no âmbito da escola (Martins, 2005).

Para desenvolver um projeto de intervenção sobre o *bullying* em contexto escolar, será necessário que a escola reconheça a existência do problema. É primordial que ela o defina como prioridade na esfera do seu projeto educativo e que ao mesmo tempo corresponda um sentimento de partilha e de compromisso coletivo, com a formação de um grupo de trabalho para sistematizar a respectiva intervenção, tendo em conta as prioridades definidas (Pereira, 2008, 2002).

Tendo como referência toda a informação resultante dos vários programas de intervenção no combate ao *bullying*, considera-se importante o caráter contínuo do processo, em particular, a garantia da avaliação sistemática e a decorrente dinamização que esse mecanismo lhe confere (Smith, 2002).

Em Portugal, algumas intervenções (Ferreira; Pereira, 2001; Pereira, 1997, 2008, 2002) revelaram-se casos de sucesso na diminuição das práticas agressivas e de intimidação (*bullying*). Nessas, foram introduzidos nos recreios, como uma das medidas de destaque, materiais lúdicos móveis para livre utilização dos alunos, contando com o apoio de auxiliares da ação educativa e professores como supervisores.

Todavia, há que se desenvolver um desvelamento da dinâmica específica do fenômeno em cada escola. Levantamentos e estudos diagnósticos a partir das próprias crianças e jovens, das representações dos professores; do monitoramento dos recreios – nos quais são frequentes as situações de *bullying*; das diferenças nas manifestações de comportamentos invasivos determinadas por questões de gênero, idade, condição social e educacional, entre outros, são critérios para o desenvolvimento de programas de intervenção no projeto educativo, que permitam prevenir e reduzir o problema (Pereira, 2008).

Relativamente a programas de intervenção de larga escala, a primeira campanha em contexto escolar foi a realizada na Noruega, que se constituiu em estudo levado a cabo por Olweus (1993) um marco na história das práticas agressivas e de intimidação (*bullying*) ao envolver 43 escolas de Bergen, em que foi realizada uma intervenção, que veio a estimular uma boa parte de estudos posteriores. Nessa experiência pioneira, a utilização de um questionário de autorrelato permitiu comparar faixas etárias equivalentes, verificando-se que nos anos de 1983 a 1985 a prevalência das práticas agressivas de intimidação (*bullying*) diminuiu em 59%, quer para o gênero feminino, quer para o masculino. Verificaram-se ainda, a partir das iniciativas de intervenção, reduções nos comportamentos antissociais (Smith, 2002).

Entre os anos de 1991 e 1993, Smith e Sharp (1994) desenvolveram um estudo com 23 escolas no Reino Unido, sendo 16 do ensino básico e 7 secundárias, por meio do qual implementaram um conjunto de medidas específicas às características e às necessidades percebidas em cada escola. Essa intervenção, sintonizada com o contexto institucional e personalizada às diferentes configurações relacionais, trouxe respostas concretas aos problemas detectados, com a redução de, aproximadamente, 17% no que diz respeito à vitimação no ensino básico e entre 3% a 5% em cinco escolas secundárias (Smith, 2002).

Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O primeiro programa de prevenção do *bullying* para escolas do 1º ao 6º ano de escolaridade implementado em escolas portuguesas foi desenvolvido por Pereira (2002). Este contempla medidas em três níveis: (a) a nível da formação: dos pais, professores e das crianças; (b) medidas a nível da escola: melhoramento dos recreios, aulas de educação e expressão físico-motoras (atividades lúdico-desportivas) com foco no jogo cooperativo, no aumento da autoestima das crianças (as aulas tinham por objectivo integrar as crianças em grupos em que as diferenças eram reconhecidas pelos outros como uma mais valia e fonte de aprendizagem para os pares) e criação de uma ludoteca (em que as crianças pudessem aprender a realizar jogos com regras e a gerir o seu tempo livre na escola); (c) medidas específicas de atendimento e apoio às vítimas pelos docentes.

### Estratégias de Intervenção Preventiva em Contexto Escolar no Combate ao *Bullying*

Em relação às estratégias de prevenção, distinguem-se três dimensões básicas, nomeadamente: o momento em que surge o problema; o grupo para o qual se dirige a ação e a ênfase ou conteúdo da ação. Consequentemente, uma estratégia preventiva bem concebida propõe-se a trabalhar com o problema nas suas origens pelo que a escola deve começar a prevenção dos comportamentos violentos mediante a promoção de competências sociais positivas (Vettenburg, 2000).

O processo genérico de aplicação dos modelos de prevenção e intervenção pauta-se pelas seguintes ações: a) tomada de consciência, que se cria a partir de um incidente escolar que causa alarme social. Nesse sentido, os meios de comunicação são considerados como um fator determinante na visibilidade dos fatos, contribuindo para que toda a sociedade tome consciência de um problema até então ignorado; b) desenvolvimentos normativos, que contemplem a criação e a aplicação de códigos de conduta adequados nas escolas; c) intervenções curricu-

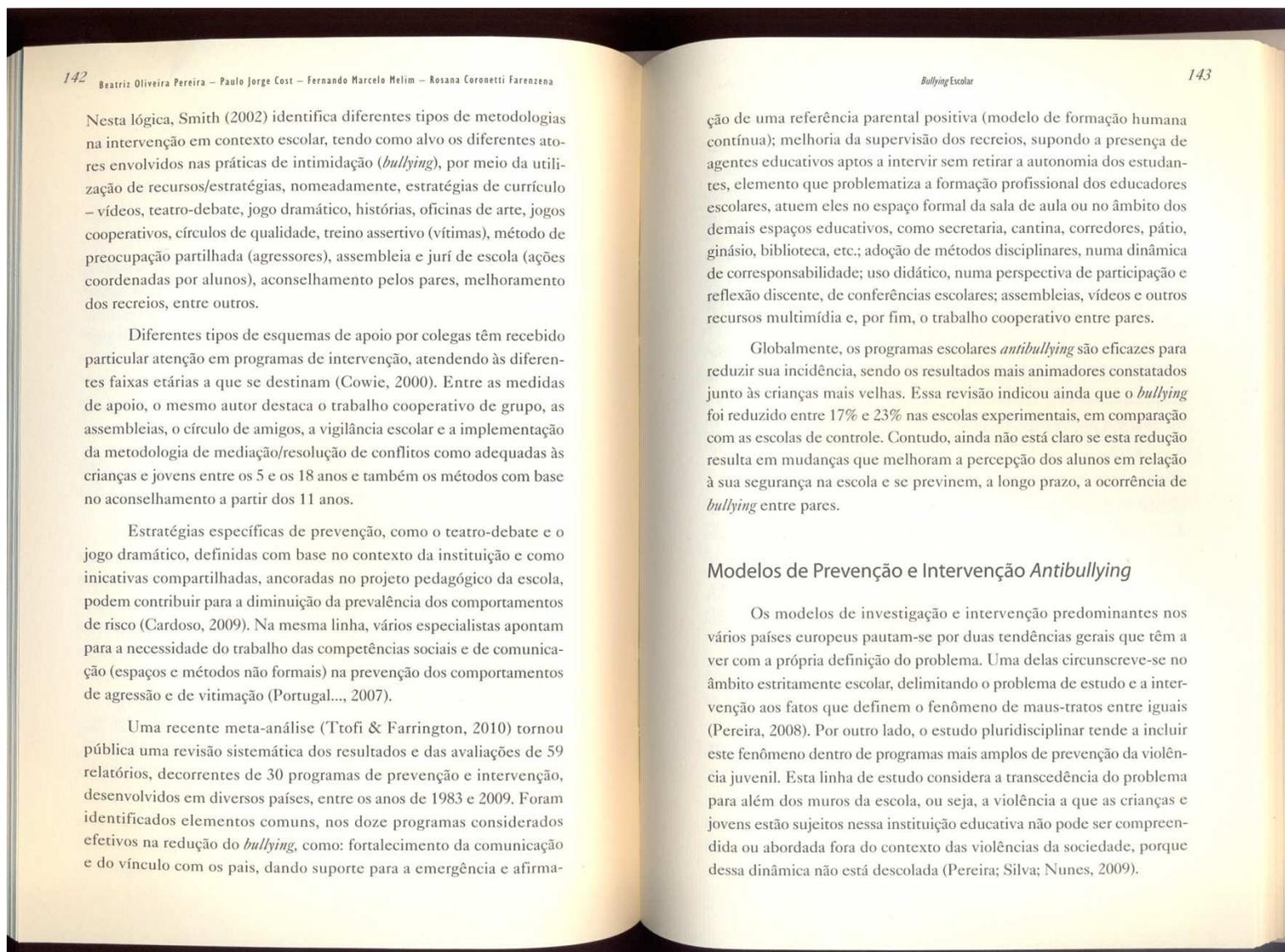
lares, cujo principal objetivo é a reflexão dentro de cada um dos níveis educativos e a prática de normas éticas de comportamento social; d) a formação dos professores; e) prevenção e tratamento dirigido aos alunos, com diferentes “sistemas de mediação”; f) organização da escola: melhoramento da sua estrutura física, supervisão por adultos; g) ações comunitárias, com vínculo ao docente e ao ambiente social (Serrate, 2009).

A adoção de programas de apoio e acompanhamento educativo ainda em fase pré-escolar constitui uma das estratégias a implementar na prevenção do *bullying* na infância, por meio do desenvolvimento de atitudes necessárias para melhorar o êxito escolar e o aumento da probabilidade de obter êxito nos resultados acadêmicos futuros. Fortalece os laços da criança com a escola, o aprendizado curricular, as competências sociais e a autoestima (WHO, 2002). Assim, programas dessa natureza deverão basear-se num conhecimento mais aprofundado, atento ao insucesso e ao abandono escolar (Nansel et al., 2001; Rigby, 1999), às motivações e expectativas de alunos, pais e professores, o que permitirá encaminhar a ação educativa para impulsionar competências pessoais e sociais e prevenir comportamentos agressivos (Matos et al., 2009).

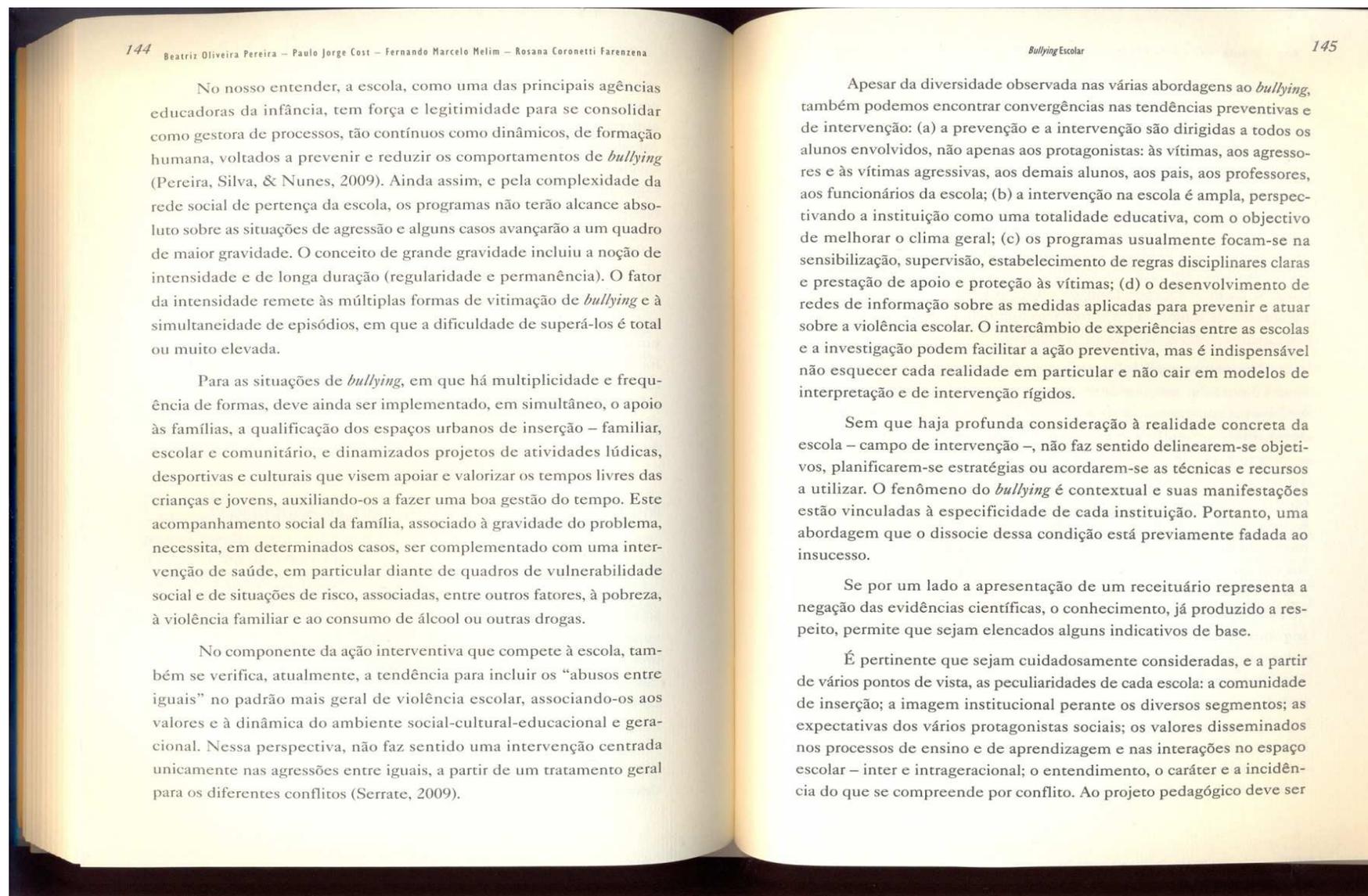
Introduzir na escola processos formativos voltados à educação emocional, com práticas cotidianas de convívio respeitoso, nas diversas interações, pode contribuir para a melhoria do convívio e prevenção da violência (Martins, 2009a). No conjunto de aprendizados previstos pela educação escolar voltada à infância, à adolescência e à juventude, destacam-se as competências cognitivas, emocionais e comportamentais, através da promoção do comportamento assertivo na resolução de problemas, da participação ativa dos alunos e do envolvimento em atividades extracurriculares (trabalho cooperativo), os quais constituem fatores de protecção (Glew, et al., 2005) e medidas eficazes na redução da violência (Gladden, 2002).

Resultados duradouros, de um programa preventivo, exigem um sistema aberto e partilhado em termos educacionais, baseado no encorajamento e estimulação de condutas pró-sociais (Vettenburg, 2000).

Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.



Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.



Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

destinado um olhar especial, pois referencia os processos estabelecidos, a partir dos objetivos de ensino, de aprendizagem e de convívio, que preconiza. Trata-se de guia decisivo ao modelo relacional dominante na instituição e as possibilidades da ação transformadora. É importante ressaltar que a própria escola detém as condições facilitadoras a uma intervenção de caráter preventivo, ou o seu contrário. Por isso, não podemos pensar num trabalho solitário ou personalista.

A planificação de um projecto para minimizar o *bullying* escolar requer diálogo, direito à voz aos diferentes “Outros” e entendimento entre os membros da comunidade educativa. Compreende o compartilhamento de objetivos e a corresponsabilidade na implementação de um processo voltado ao bem-estar coletivo.

Quanto ao papel do professor, funcionário ou outro profissional da escola, no momento em que há o conhecimento de que o *bullying* pode estar a ocorrer no espaço institucional, ou mesmo fora desse limite geográfico, mas com o envolvimento de estudantes, há o compromisso de que a questão seja levada aos gestores da escola. Todavia, o silenciamento é, por vezes, o padrão que acompanha os observadores ou sabedores de práticas de *bullying*. Num estudo de Keogh e Rigby (1995 cit. em Rigby, 1997), 95 professores do ensino básico foram questionados sobre as suas atitudes e comportamentos em relação ao *bullying* escolar. Diante do questionamento sobre a sua capacidade pessoal de agir efetivamente perante uma situação de *bullying*, uma surpreendente proporção (1 em 3) concordou com a seguinte afirmação “os agressores/bullies fazem-me sentir intimidado” e um número também significativo (1 em 5), sentiam que alguém, não eles próprios, deveria lidar com a situação: o diretor da escola, o coordenador pedagógico, o orientador ou o psicólogo escolar, mas não o professor da turma. Para os autores deste estudo, parece claro que muitos professores têm receio pessoal de intervir e o desejo de evitar a responsabilidade de agir diretamente. Consideramos que as possíveis incertezas dos professores nesta área disciplinar podem encorajar os

agressores. Além de contribuir para o sentimento de falta de confiança e de segurança na escola, por parte das vítimas, esse dado ajuda a explicar a alta incidência de alunos que não informam aos professores, mesmo quando estão a ser seriamente vitimados por um colega ou grupo de colegas.

O papel das famílias é igualmente decisivo no desenrolar das práticas agressivas estabelecidas no contexto da escola. Sua participação na dinâmica dessa instituição é necessária e insubstituível. Há que se estabelecer uma reflexão sobre o padrão de relacionamento com o educandário, o que vai bem além de conhecer professores e diretores. O acompanhamento direto da trajetória escolar de crianças e adolescentes, por meio do diálogo constante entre educadores formais e informais, é fator determinante ao perfil comportamental do estudante, interferindo também nas suas relações com o mundo do conhecimento. Há evidências de que o estilo parental se relaciona às condutas manifestadas pelos alunos nos contextos escolares. Nesse sentido, a aproximação família e escola é um desafio à espera de respostas e que está diretamente relacionado à origem e aos desdobramentos das práticas de *bullying*.

À escola não cabe qualquer tipo de tolerância em relação ao *bullying*. Trata-se de um problema cada vez mais frequente, com graves consequências e que não pode ser menosprezado. Nesse sentido, terá de mostrar uma atitude muito clara e firme, visto que essa posição será fundamental para o restante e para a totalidade dos alunos.

Há a necessidade de que a escola estabeleça mecanismos para uma análise permanente das várias medidas colocadas em prática. O enfrentamento de um fenómeno com propriedade de metamorfose exige agilidade no monitoramento das múltiplas dinâmicas sociais que se estabelecem na escola. É imprescindível efetuar uma avaliação geral, num exercício prospectivo e projetivo, para definir, com maior assertividade, o que deve ser modificado e em que sentido.

Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

### Pressupostos para a Construção de um Modelo Prático de Intervenção

É necessário dotar a escola com mais e melhores instrumentos institucionais, pedagógicos e disciplinares, para que elas possam concretizar com sucesso a sua função socializadora. Nesse sentido, entendemos que para impedirmos a (re)produção do *bullying* no contexto escolar, as iniciativas sociopolíticas devem procurar responder aos desafios de tornar esse fenômeno mais visível, compreender melhor o processo da sua produção e formar profissionais competentes e socialmente comprometidos no seu enfrentamento (Pereira; Silva; Nunes, 2009)

Na perspectiva de respostas efetivas ao *bullying*, a gestão escolar constitui uma das variáveis fundamentais para a sua compreensão e dá suporte às medidas de intervenção a serem implementadas. Os gestores escolares, por meio da liderança que exercem nos diversos âmbitos da comunidade educativa, assumem o papel de sujeitos políticos, com força e legitimidade para fomentar um clima de convívio pacífico, favorável ao reconhecimento e à aceitação das diferenças. Não fazê-lo implica em abdicar do protagonismo social que lhe compete no âmbito de uma instituição com múltiplas responsabilidades: função de formação, educação e instrução (Lourenço et al., 2009). A escola deve, igualmente, a partir do projeto educativo implementado, multiplicar espaços e garantias para que as crianças possam falar, por meio de múltiplas linguagens, comunicando suas emoções e sentimentos, questionando, argumentando e refletindo. Em atenção à especificidade da infância, é pertinente que experiências lúdicas sejam contempladas, como um dos eixos do trabalho educativo. Brincadeiras, jogos, alternativas de lazer e de interação social ampliam o aprendizado social e permitem o desenvolvimento da autonomia, na busca de soluções para as diversas situações da vida.

Contudo, ainda que desfrute de significativo poder socializador e formativo, constituindo-se em notável agência educativa, a escola não é suficiente para assumir sozinha a responsabilidade de muitos problemas

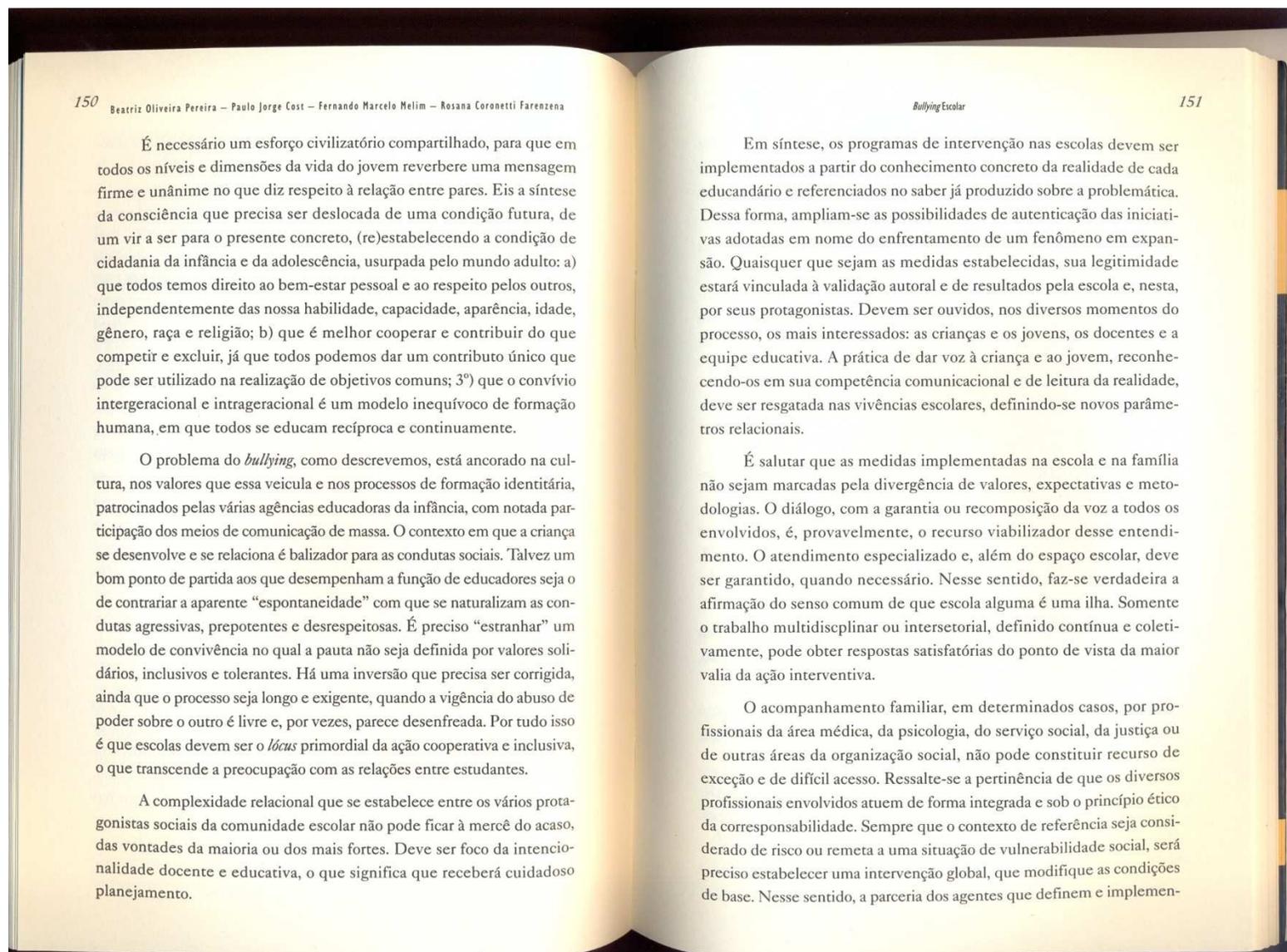
e situações graves que ocorrem no seu seio. Por isso, recomenda-se trabalhar de forma articulada com a rede social básica, constituindo um tecido interdisciplinar resistente, capaz não só de suportar pressões desestabilizadoras, como de se antecipar às mesmas, emitindo respostas na esfera da prevenção. Áreas como a educação, a saúde, a assistência social e os órgãos responsáveis pelas políticas públicas educacionais e de segurança devem estabelecer, no seu processo de trabalho, parcerias estratégicas que visem a promoção da qualidade de vida individual e coletiva.

A ideia ilusória de que respostas oriundas de organismos policiais e judiciais são, por si só, suficientes para alterar práticas sociais e reduzir condutas agressivas precisa ser retomada pelo coletivo educador, da escola e da família, em interlocução com as demais áreas mencionadas. É preciso estar atento a essa tendência, que fragiliza a escola em sua natureza educativa e a supõe como uma réplica de uma instituição policial, cujos métodos de excelência são a repressão e a punição. Apenas uma prática de trabalho conjunto e cooperativo poderá sustentar um modelo de intervenção intersetorial que responda de forma eficaz às necessidades e demandas da população escolar. Nesse caso concreto, desenvolvendo um trabalho efetivo e coeso que atenuem as consequências e os fatores associados à existência do *bullying*.

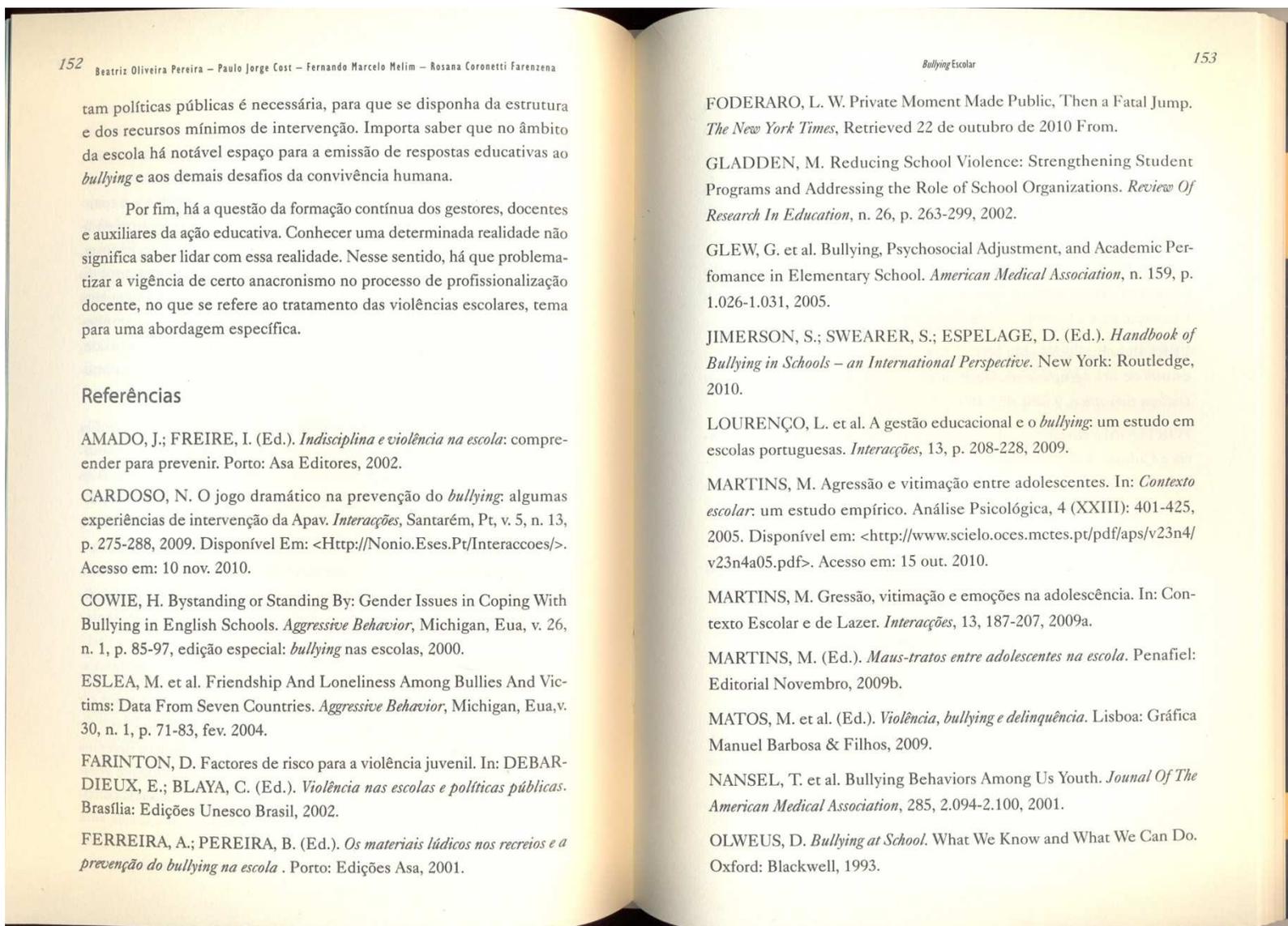
### Considerações Finais

O *bullying* por vezes parece “germinar” espontaneamente nas relações entre crianças e jovens, talvez fruto das relações familiares existentes, do modelo cultural predominante, que cultua o individualismo e reforça mecanismos de afirmação entre os pares ou, mesmo, como expressão do parâmetro de conduta (in)civilizada que se afirma nas diversas sociedades. Se o *etos* e a sociedade organizada, especialmente por meio da articulação das grandes agências educadoras da infância e da juventude – família e escola –, não combaterem essa manifestação, então este problema será cada vez maior e mais grave.

Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.



Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.



Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

